

PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM GESTO DE CONSERVAÇÃO DE JARDIM PÚBLICO NO RECIFE

POPULAR PARTICIPATION: A GESTURE OF PUBLIC GARDEN CONSERVATION IN RECIFE

Jonatas Souza Medeiros da Silva
Raquel Nadine Cavalcante Ferreira
Ana Rita Sá Carneiro
Joelmir Marques da Silva

RESUMO

A conservação de um jardim histórico requer ações estratégicas que dependem da atuação de especialistas e, em grande parte, do envolvimento da população usuária. Nessas ações, deve-se considerar a concepção do paisagista, o caráter perecível e renovável do jardim e o uso da população, o que demanda uma integração de diferentes saberes que irão repercutir no pacto da gestão. O presente artigo trata da participação popular na prática da conservação de um jardim histórico reconhecido como patrimônio cultural em 2017, a Praça Faria Neves, que representa um avanço no processo de gestão de um patrimônio vivo, reunindo diferentes atores sociais. Foi projetada pelo paisagista Roberto Burle Marx em 1958 e restaurada em 2006 com o apoio dos moradores locais, o que a diferencia das intervenções em outros jardins históricos do paisagista na cidade do Recife. Esse processo participativo, que prenuncia a educação patrimonial, foi fortalecido no processo de restauração, junto aos técnicos responsáveis da Prefeitura do Recife e aos pesquisadores do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, concorreu, significativamente, para consolidar o protagonismo dos moradores e, até certo ponto, dos comerciantes informais na constituição do primeiro Conselho Gestor previsto no Plano de Gestão dos Jardins Históricos de Burle Marx no Recife de 2019.

Palavras-chave: Jardim Histórico. Restauração. Gestão. Burle Marx. Conservação. Participação Popular.

ABSTRACT

The conservation of a historical garden requires strategic actions that depend on the performance of specialists and, greatly, on the involvement of the user population. In these actions, considering the landscape designer conception, the renewable character of the garden, and the use of the population is necessary, which requires the integration of different knowledges that will impact the management pact. This article focusses on popular participation on the practice of conserving a historical garden recognized as cultural heritage in 2017, the Praça Faria Neves, which represents an advance in the process of management of live heritages reuniting different social actors. It was designed by landscape gardener Roberto Burle Marx, in 1958, and was restored, in 2006, with the support of the residents, which sets it apart from interventions in other historical gardens of the designer in the municipality of Recife. This participatory process, which foreshadows heritage education, was strengthened during the restoration process, alongside the technicians responsible from the City Hall of Recife and the researchers from the Landscape Laboratory of the Federal University of Pernambuco. Furthermore, contributed to establish the protagonism of the residents and, up to a point informal traders in constituting the first Management Council for the Management Plan of Burle Marx Historical Gardens in Recife in 2019.

Keywords: Historical Garden. Restoration. Management. Burle Marx. Conservation. Popular Participation.



1 INTRODUÇÃO

Em geral, um jardim histórico está associado à imagem de um lugar pacato e vegetado, com função mais contemplativa. Mas, na cidade do Recife, alguns jardins históricos que foram projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx são espaços públicos que comportam brinquedos infantis e têm uso intenso, devido à localização e ao contexto habitacional do entorno, entre eles estão: a Praça do Derby, a Praça Pinto Dâmaso e a Praça Faria Neves. Esse fato é também uma resposta à demanda dos moradores dos bairros por espaços lúdicos entre as décadas de 1930 e 1960.

Este artigo busca discutir a prática de conservação de um jardim histórico reconhecido como Patrimônio Cultural Nacional, a Praça Faria Neves¹, que também é um espaço público de uso intenso devido à participação dos moradores locais, que reivindicam sua criação e permanecem na guarda como um exemplo de defesa da cidadania. Esse gesto ficou comprovado no processo de restauração desse jardim, em 2006, e na definição do primeiro Conselho Gestor previsto no Plano de Gestão dos Jardins Históricos de Burle Marx, em 2019.

Pela relevância desse patrimônio, parte-se de explicações gerais sobre o significado de um jardim histórico para abordar alguns fundamentos da teoria da restauração e alcançar a etapa da gestão da conservação, destacando

o papel da população nesse processo. Tal procedimento contempla os princípios do projeto adotados pelo paisagista, respeitando o sítio vegetado com espécies da Mata Atlântica, relacionando-o com o Horto Zoobotânico de Dois Irmãos, hoje Parque Estadual de Dois Irmãos², assim como atendendo às expectativas da população residente no local e em outros bairros da cidade.

A presença do zoológico nesse antigo Horto Zoobotânico era, e ainda é, uma das maiores atrações da cidade para todas as idades, e também para os turistas, principalmente nos finais de semana. Todavia, no ano de 1992, com a proibição de estacionamento de veículos dentro da área do Horto, esse uso foi indevidamente relocado para o interior da Praça Faria Neves, o que deu início à deterioração desse espaço. Também concorria para sua degradação, a instalação de uma festa anual com brinquedos de grande porte em celebração ao Dia das Crianças, que se prolongava por uma semana. Ao longo da década de 1990, os moradores se mobilizaram, solicitando ao governo local a recuperação do espaço público. Essa mobilização significou um passo positivo e foi reforçada pela solicitação do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) à Prefeitura do Recife, em 2001, para a restauração de três jardins projetados pelo paisagista Burle Marx: a Praça Faria Neves, a Praça Euclides da Cunha e a Praça do Derby. O pedido visava a realização do Encontro Nacional de Ensino

1 A Praça Faria Neves é um dos seis jardins projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx, que foram tombados como Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2017, e inscritos nos Livros de Tombo Histórico, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a partir de uma solicitação de tombamento do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2008. O conjunto dos seis jardins inclui: a Praça de Casa Forte (1935), a Praça Euclides da Cunha (1935), a Praça do Derby (1937), o Conjunto Praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas (1936/1937), a Praça Ministro Salgado Filho (1957) e a Praça Faria Neves (1958).

2 Devido aos seus mananciais, esta área de Mata Atlântica é protegida institucionalmente, desde 1885, como Área de Utilidade Pública Provincial destinada ao abastecimento de água da cidade do Recife. A partir de 1916, começa a ser frequentada pela população pernambucana ao ser instituída como Horto Florestal. Em 1939, é elevada à categoria de Horto Zoobotânico, permanecendo até 1998, quando é regulamentada como Parque Estadual de Dois Irmãos, através da Lei nº 11.622/1998 (PERNAMBUCO, 1988), permanecendo com a função de zoológico. Para mais informações acerca da categorização ver o Plano de Manejo do Parque Estadual de Dois Irmãos.

de Paisagismo nas Escolas de Arquitetura – Enepea, que aconteceria no ano de 2002.

Considera-se a Praça Faria Neves um caso especial de aprendizado sobre restauração de jardim histórico, pela participação ativa do público interessado ao lado do corpo técnico. Parecia que o estágio ainda incipiente de fundamentação teórica, no momento da intervenção, ia sendo superado pela vontade dos moradores em reencontrar algo de grande valor e significado, que era o espaço de convívio diário – que representava uma porta para as ações de educação patrimonial. Os valores de um bem são atribuídos pelos indivíduos e estão relacionados aos significados – histórico, espiritual, simbólico – que representa para a comunidade. Isto está enfatizado na Carta de Burra (AUSTRÁLIA ICOMOS, 1999, art. 12, tradução nossa), que diz: “a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio”.

Diante da escassez de material bibliográfico referente à metodologia de restauração de jardim histórico, tomou-se a Carta de Florença (ICOMOS, 2000) como conteúdo norteador, além das noções básicas da teoria e da prática da conservação adotadas pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (Ceci) e de estudos sobre a obra do paisagista Roberto Burle Marx. Segundo a Carta de Florença, de 1981, o jardim histórico se distingue como categoria de patrimônio por ser composto, sobretudo, de atributos vegetais: “é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como

tal, perecível e renovável” (ICOMOS, 2000, art. 2). Nesse sentido, o estudo da dinâmica da vegetação exigiu a realização de um inventário, assim como a identificação de todos os componentes integrantes do jardim histórico que, na Praça Faria Neves, seriam os bancos sinuosos e um brinquedo de concreto idealizado pelo paisagista.

Como está descrito acima, os fundamentos de base científica e metodológica referentes ao patrimônio vivo estão sendo construídos, aos poucos, nas próprias ações de restauração dos jardins históricos do Recife e introduzidos a partir do ingrediente da sensibilidade, que parece conduzir o processo, também devido à falta de referências nacionais. Por outro lado, a mobilização social muitas vezes faz com que as ações sejam antecipadas, principalmente quando se trata de um jardim projetado por Burle Marx, de reconhecido valor espiritual e afetivo por parte da comunidade, que estava alinhada à plataforma política do governo local. Assim, a mobilização da população significou um elemento indutor e animador da restauração do espaço recreativo e ajardinado, que estava servindo de área de estacionamento de veículos, e onde funcionava também um terminal de ônibus construído, de forma inadequada, dentro da praça.

A articulação entre conhecimento técnico e vivência dos usuários na tomada de decisões repercute de forma positiva para a elaboração de “estratégias factíveis”, resultando em qualidade, legitimidade e sustentabilidade dos instrumentos das políticas públicas sobre esse patrimônio (DE LA MORA, 2012, p. 122). Assim sendo, cabe ao poder público assegurar um processo participativo durante as etapas do planejamento das políticas de conservação dos jardins históricos através de constantes ações de mobilização

e envolvimento, de modo a integrar a pluralidade de atores e sua diversidade de interesses durante cada etapa desse processo (DE LA MORA, 2012), bem como corroborar na amenização das perdas sociais e dos vestígios da história que são refletidos pelo bem (PONTUAL, 2012). Isso se torna mais necessário diante do caráter efêmero do jardim histórico, que precisa da colaboração da população.

Os moradores locais e alguns atores sociais do cotidiano da praça, que defenderam o espaço público desde a década de 1990, acompanharam as etapas do processo de restauração de 2001 até 2006. Contribuíram nas discussões sobre o projeto de intervenção, não apenas acerca das adequações às demandas do momento, mas, principalmente, no levantamento dos registros históricos sobre o projeto do paisagista. Desde então, assumiram o papel de guardiães do patrimônio, corroborando nas ações cotidianas de manutenção. Acredita-se que esse gesto da população manifesta o seu compromisso de zelar pelo jardim como um objeto de estima, um patrimônio, na intenção de construir um pacto para garantir a sua conservação.

A discussão aqui apresentada trata do protagonismo dos moradores locais no processo de conservação da Praça Faria Neves, um jardim público, de valor social e patrimonial, que se destaca na gestão do conjunto dos jardins históricos protegidos. Diante disso, o artigo estrutura-se em três partes: (i) contextualização histórica, com ênfase no caráter social do lugar; (ii) mobilização popular pela restauração e o seu reconhecimento como jardim histórico; e (iii) participação popular no processo de gestão da conservação do jardim histórico.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO SÍTIO E A CRIAÇÃO DA PRAÇA

Localizada no bairro de Dois Irmãos (Figura 1), zona oeste do Recife, a Praça Faria Neves, anteriormente denominada Praça de Dois Irmãos, idealizada pelo paisagista Burle Marx em 1958, fica próxima a diversas instituições públicas, como o Parque Estadual de Dois Irmãos, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Departamento de Saneamento do Estado de Pernambuco, atual Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

A localidade onde foi projetada encontra-se presente na história da cidade desde o período marcado pelo processo de modernização urbana do Recife. Área que pertencia ao antigo Engenho Dois Irmãos, pode ser vista nos mapas da cidade desde meados do século XIX, quando houve a implantação da Companhia do Beberibe diante da necessidade de solucionar o abastecimento de água potável, que seria proveniente do Riacho do Prata, situado na mata de Dois Irmãos (PERNAMBUCO, 2014). Esse fato motivou a construção de uma Vila Operária nas proximidades dessa empresa de abastecimento, na década de 1930, para suprir a demanda habitacional de seus funcionários, levando à formação do Largo de Dois Irmãos, um espaço de convívio daquela comunidade.

Com a criação do Horto Zoobotânico de Dois Irmãos durante o governo do interventor federal Agamenon Magalhães, em 1939, tal localidade se tornou parte da vida social de toda a cidade (PERNAMBUCO, 2014). O largo, que já era parada dos bondes elétricos que circulavam pela antiga estrada de ferro da maxambomba, passou a configurar um



Figura 1 – Mapa de localização da Praça Faria Neves, indicando as principais instituições públicas presentes no seu entorno imediato. Fonte: Acervo IBCAO (Google Earth). Imagem editada por Jônatas Silva a partir da imagem de Satélite Landsat/Copernicus, data base de 2021.

5

“hall de entrada” desse espaço de lazer da cidade, servindo como local de encontro e concentração das pessoas. Com a implantação da Universidade Rural de Pernambuco nas proximidades, em 1947, e a criação do Museu de Arte Popular do Recife no Horto Zoobotânico de Dois Irmãos, em 1955, percebeu-se o aumento do número de pessoas frequentando o lugar, principalmente turistas.

Diante da falta de projetos de embelezamento do subúrbio recifense a população local começa a recorrer aos jornais para clamar pelo ajardinamento daquele largo, no

intuito de que fosse criado um espaço contemplativo de convívio e lazer para a cidade, imaginando-o como um “prolongamento do lindo bosque que é o zoobotânico, onde a população encontre um doce refrigerio” (COUSAS..., 1951, p. 4) e, tomando como exemplo a Praça de Casa Forte, ressaltavam os seus “aquários, onde flutuam vitórias regias e outras plantas adequadas” (COUSAS..., 1951, p. 4). É possível entender que o jardim era visto como um lugar de refúgio e de encontro de pessoas, de modo que a criação de um espaço público ajardinado supriria as

principais necessidades de recreação e convívio social da cidade, além de fortalecer sua função de atrativo turístico diante da importância da localidade.

Atenta, a população viu a oportunidade se apresentar no governo democrático de Pelópidas Silveira, na década de 1950, que priorizava a criação de espaços livres públicos. Diante do convite feito ao paisagista Roberto Burle Marx, em 1957, para que ele projetasse um jardim em frente ao edifício do aeroporto do Recife, a Praça Ministro Salgado Filho, e sabendo de sua presença na cidade, a população se pronunciou por meio de uma petição nos jornais locais para que ele também realizasse um projeto para o referido largo (COUSAS...,1957), o que foi atendido no ano seguinte (INAUGURAÇÃO...,1958). Nessa época, Burle Marx já era reconhecido internacionalmente, e mantinha escritório de paisagismo também em Caracas, onde fez projetos de jardins para residências, e também para o *Parque del Este*, considerado uma de suas mais relevantes criações.

Na Figura 2, observa-se a Vila Operária da Companhia do Beberibe e o Largo de Dois Irmãos, onde foi implantada a praça, bem como a grande quantidade de pessoas no dia de sua inauguração. Destaque para a cortina de vegetação da Mata Atlântica, até hoje preservada como Unidade de Conservação Dois Irmãos, e o casario da vila.

A função principal da praça como espaço público de encontro e brincadeira, que também agregava a função educativa, atendeu aos moradores da Vila Operária e a toda população da cidade como uma porta de entrada para o então Horto Zoobotânico de Dois Irmãos. Contava com brinquedos e espaços de convivência com bancos de



Figura 2 – À esquerda, Vila Operária da Companhia do Beberibe e o Largo de Dois Irmãos, 1933; à direita, Inauguração da Praça de Dois Irmãos, 1958. Fonte: À esquerda, Diário da Manhã, 17/11/1933, p. 1, acervo da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe); à direita, acervo do Museu da Cidade do Recife, 1958.

concreto em forma de serpentina, que corroboram não somente para a interação social, mas também na delimitação dos canteiros e das áreas de descanso e contemplação, sobre o chão de terra batida (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2017). Na visão do paisagista, projetar jardins é uma arte complexa, que reflete anseios de uma sociedade, devendo refletir “o espírito da época e o ambiente em que se situam” (BURLE MARX, 1951, p. 5).

Utilizando a vegetação arbórea predominante da paisagem local de Mata Atlântica, o paisagista define áreas de estar e de gramados com bancos de concreto sinuosos, convergindo para o espaço aberto principal, que é o *play-ground*. Para esse espaço lúdico, criou um brinquedo formado por discos e passarelas de concreto, que desembocam em uma caixa de areia, alinhando, assim, seus ideais artísticos à interpretação da natureza exuberante da paisagem do lugar. O projeto da praça atendeu às expectativas sociais, o que fortaleceu os laços de vizinhança da comunidade e consubstanciou o sentimento de pertencimento ao interligar experiências pessoais ao espaço público.

3. A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO

Um dos critérios básicos para a conservação de um monumento é o envolvimento da população, principalmente a que reside no entorno. No entanto, fatos externos podem mudar o uso e interferir no bem-estar da comunidade. Isso aconteceu quando a Praça Faria Neves passou a ser usada como estacionamento de veículos dos visitantes do Horto Zoobotânico, em 1992, implicando na destruição de parte da vegetação e do mobiliário para

abrigar cerca de 400 veículos, segundo depoimento de Benilda Bezerra, presidente da União de Moradores de Dois Irmãos (ALVES, 2001).

A situação se agravou ainda mais com a instalação do Festival da Criança, iniciado desde a década de 1980. O evento do Dia das Crianças – organizado anualmente no mês de outubro pela Prefeitura do Recife juntamente com o Horto Zoobotânico – tinha duração de uma semana e trazia brinquedos de grande porte que ficavam distribuídos em boa parte da área de menos de um hectare, além de servir como estacionamento (CRIANÇAS..., 1980). Isso provocou a instalação de bares e lanchonetes improvisadas em seu entorno imediato, o que ocasionou sérios problemas de degradação da vegetação e acúmulo de lixo, além de outros conflitos sociais (SILVA; FERREIRA; SÁ CARNEIRO, 2019).

Em face dessa situação de estranhamento, o espaço da praça se transformou em uma ameaça para os seus principais usuários e, apesar da luta da comunidade, o jardim foi se descaracterizando ao longo dos anos. Segundo Sá Carneiro, Silva e Mafra (2007, p. 6), a Praça Faria Neves “corria evidente risco de se tornar irre recuperável”. Além da falta de manutenção, o uso de estacionamento e o funcionamento de um terminal de ônibus construído dentro da praça causaram sérios danos à vegetação, assim como um processo de erosão no terreno (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2017) (Figura 3).

Acontece que, durante o 3º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo nas Escolas de Arquitetura (Enepea), realizado no Rio de Janeiro em 2000, estudiosos da paisagem interessados em conhecer os primeiros jardins públicos de Burle Marx elegem o Recife para sediar o 4º Enepea, que

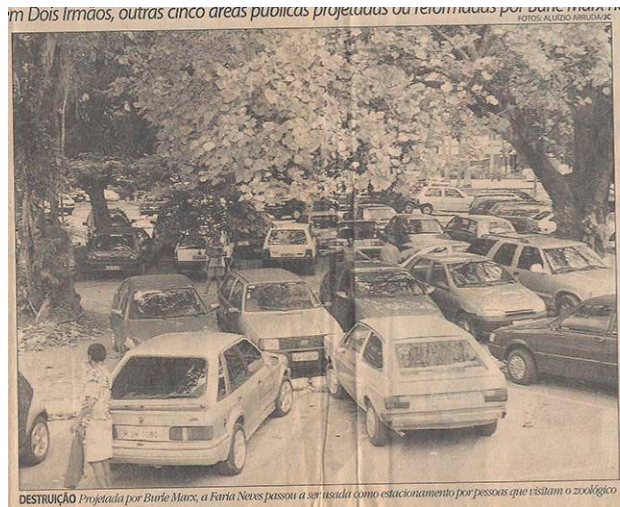


Figura 3 – Utilização da Praça Faria Neves como estacionamento ao longo dos anos.

Fonte: Acervo Pessoal de Ana Rita Sá Carneiro. Fotografias de: Aluizio Arruda (à esquerda) no *Jornal do Commercio*, 06/10/2001; e de Chico Porto (à direita) no *Jornal do Commercio*, 15/05/2005.

8

aconteceria em 2002. Com isso, é firmada a parceria entre o Laboratório da Paisagem da UFPE e a Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), da Prefeitura do Recife, visando a restauração de três jardins: a Praça Faria Neves, a Praça Euclides da Cunha e a Praça do Derby.

A experiência de restauração dos jardins tem início no ano de 2001, a partir da oferta de um curso de paisagismo denominado “Pensar a paisagem, projetar o lugar”, realizado no Ceci e ministrado pelos arquitetos Ana Rita Sá Carneiro, Liana Mesquita e Alexandre Campello. O curso teve como objetivo fornecer fundamentos teóricos visando os projetos de restauração e, de modo específico, elaborar um estudo preliminar para a restauração da Praça Faria Neves. Para isso, contou com a participação de técnicos da Prefeitura do Recife e alguns estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE. O conteúdo tratou da noção de paisagem e ecologia, da compreensão dos

princípios projetuais do paisagista e da metodologia do projeto paisagístico, além das recomendações da Carta de Florença e de alguns especialistas de jardins históricos estrangeiros.

Apesar de todo o empenho dos moradores, o menor custo das obras de restauração deu prioridade à Praça Euclides da Cunha e, somente em 2006, os trabalhos tão almejados foram iniciados na Praça Faria Neves.

Os moradores foram atores constantes no processo de restauração do jardim da Praça Faria Neves, contribuindo para a definição do projeto paisagístico. Como a planta baixa do projeto original não fora localizada nem nos arquivos públicos – museus e bibliotecas – nem no Escritório de Burle Marx no Rio de Janeiro, a equipe do curso identificou a vegetação existente e o mobiliário (bancos em forma de serpentina e vestígios de um brinquedo de concreto) a partir do levantamento feito pela Prefeitura. Também

foram realizadas entrevistas com técnicos da Prefeitura e com antigos moradores, na busca de depoimentos e fotografias para recuperar o desenho do traçado e as espécies vegetais plantadas inicialmente.

Reconstituiu-se, assim, uma planta falada com o registro da vegetação existente e do mobiliário: o bosque de jambeiros (*Syzygium malaccense*), o conjunto de abricós-de-macaco (*Couroupita guianensis*) circundando o playground, a fileira de coqueiros (*Cocos nucifera*) tangenciando o banco sinuoso até as palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) e o pau-rei (*Pterygota brasiliensis*). O traçado foi se evidenciando com a demarcação do canteiro de flores vermelhas – cana-da-índia (*Canna indica*) – feita por um

antigo morador, relacionando-o à disposição dos bancos sinuosos, que concedia permeabilidade às áreas abertas. Aos poucos, a experiência sensível fez renascer o que estava guardado na memória.

As ortofotocartas de 1967 e 1974, a história oral e as fotografias cedidas pelos moradores permitiram a espacialização dos principais elementos, inclusive do brinquedo de concreto convergindo e delimitando o playground, que era o ponto focal do espaço ainda marcado por vestígios (Figuras 4). Segundo o morador Natanael Bezerra (76 anos), a praça “era bonita e bem gramada”. Em tom de crítica, declarou a moradora Benilda Bezerra: “A caixa de areia que havia na praça para as crianças brincarem foi quebrada



Figura 4 – Moradores na praça e discos de concreto do brinquedo desenhado por Burle Marx, década de 1980. Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem da UFPE (imagens cedidas pelos moradores).

de propósito para permitir a entrada de um trio elétrico” (ALVES, 2001, p. 2).

A restauração aconteceu como uma intervenção de considerável impacto diante da degradação dos componentes do espaço público, isto é, bancos, calçadas e brinquedos de concreto e a própria vegetação, considerada a principal matéria do jardim. Nesse sentido, vale destacar que a Carta de Juiz de Fora, dita Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, elaborada em 2010, concorreu para fortalecer essa intervenção, significando um grande passo no que se refere ao reconhecimento da necessidade de proteger os jardins brasileiros que fazem parte do acervo patrimonial das cidades e das civilizações, como defende também a Carta de Florença de 1981. (ICOMOS, 2000; IPHAN, 2010)

10

Tomando por base a concepção de Burle Marx do jardim como uma forma de arte, recorre-se aos princípios da restauração de uma obra de arte do teórico italiano Cesari Brandi, que tem como objetivo restituir a unidade potencial dessa obra, que é estática, na intenção de ressignificar os elementos existentes disponíveis, entendidos como potenciais para uma aproximação à sua concepção original. Para Brandi (2004, p. 47) a restauração evidencia-se como uma intervenção “voltada a retrair a unidade originária, devolvendo a unidade potencial dos fragmentos daquele todo que é a obra de arte”, limitando-se a “sugestões implícitas nos próprios fragmentos ou encontrados em testemunhos autênticos do estado originário”. Contudo, se tratando de um patrimônio vivo, perecível e renovável, é preciso adequar tais princípios de restauração direcionados, por exemplo, à obra de arquitetura, e privilegiar a recomposição da matéria

como possibilidade da manifestação da imagem do jardim que revela a ideia do paisagista.

Como a restauração de jardins históricos é um conhecimento em construção, ela exige maiores estudos teóricos, buscando a “compatibilidade entre matéria viva e matéria morta, entre o ciclo vital da natureza e a inércia dos componentes minerais” (GIUSTI, 2004, p. 129). Nesse caminho, a arquiteta paisagista Carmen Añón Feliú, especialista em jardins históricos, propõe “recuperar a imagem do jardim, pois ela nos dará a chave da emoção estética que o jardim nos deve sugerir, na qual estará a sua essência” (AÑÓN FELIÚ, 1993, p. 313).

Na opinião de Sá Carneiro, Silva e Mafra (2007, p. 7), os “princípios de conservação estabelecidos na Carta de Florença mostraram grande semelhança com o conteúdo do pensamento de Burle Marx no que se refere à vegetação como elemento principal e aos valores históricos, artísticos e sensoriais de um jardim”. Ao levar em conta que a restauração “não deve ser praticada senão in extremis, quando todos os outros meios de salvaguarda [...] falharam” (CHOAY, 2000, p. 137), observa-se que, no caso da Praça Faria Neves, mesmo retirando e acrescentando elementos naturais e construídos, o ponto focal foi o respeito à ideia do paisagista, atrelada à imagem do jardim, e, ao mesmo tempo, às demandas exigidas pela população diante dos novos usos estabelecidos.

A maioria da vegetação encontrada antes da restauração foi mantida e algumas espécies foram relocadas, de modo a preencher lacunas existentes. Exemplo disso são as espécies: pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), abricó-de-macaco (*Couropita guianensis*), ipê-rosa (*Handroanthus*

heptaphyllus) e faveiro (*Albizia lebbbeck*). Outras espécies que já não estavam mais presentes na praça, mas constavam nos relatos e fotos dos moradores, foram acrescentadas na composição. São elas: a grama-esmeralda (*Zoysia japonica*) e a cana-da-índia (*Canna indica*). Vale ressaltar que o projeto de restauração também contemplou a integração

da praça com o Parque Estadual de Dois Irmãos por meio de uma alameda de faveiro (*Albizia lebbbeck*).

Com o apoio e a colaboração permanente da população, a intervenção de restauro proporcionou a transferência do terminal de ônibus para outro local, a recuperação do brinquedo, criado pelo paisagista, e dos bancos sinuosos



Figura 5 – Praça Faria Neves após a restauração: recuperação dos bancos, tratamento da vegetação, instalação de bancos com encosto e de mesinhas de concreto para jogos.

Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem da UFPE (entre 2006 e 2019).

de concreto. Além disso, ressignificou parte do trilho da maxambomba que estava enterrado. A pedido dos moradores, houve o acréscimo de mesinhas de jogos e bancos com encosto, adequando o espaço aos novos usos locais e proporcionando maior bem-estar, numa demonstração de que “a intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim”, e de que as mudanças e demandas ao longo do tempo precisam ser consideradas (ICOMOS, 2000, art. 16) (Figura 5).

Face ao exposto, constata-se que um jardim sempre está mudando. De acordo com Caillois (2010), Carbonara (1997) e Silva (2020), entre outros autores, um jardim, enquanto composição de elementos vivos, não permanece sempre em sua forma original, já que o fator tempo e a constante mudança são inerentes ao jardim histórico.

A intervenção da restauração na Praça Faria Neves, de alguma forma, atendeu às recomendações fundamentais da especialista Añón Feliú (1993): (i): ser fiel à origem do jardim; (ii): respeitar o tempo; (iii): valorar os aportes; e (iv): evitar as dissonâncias. Tais princípios, como vistos no decorrer desta seção, são percebidos a partir da manutenção de elementos históricos, da retirada consciente de elementos que interferiam na concepção do paisagista e dos acréscimos cautelosos, feitos em decorrência das demandas de utilização da praça.

4. A GESTÃO PARTICIPATIVA PARA A CONSERVAÇÃO

Com a restauração da Praça Faria Neves, e diante da satisfação da população que se mobilizou para tal ação, era preciso elaborar um plano de gestão, de forma a garantir sua conservação, o que a Carta de Juiz de Fora (IPHAN,

2010) denomina de “gestão programada”. Para tanto, há a necessidade, conforme a referida carta, de “constante intercâmbio com instituições nacionais – federais, estaduais e municipais, bem como internacionais, governamentais ou da sociedade civil voltadas para a defesa do patrimônio cultural em geral e, especificamente, dos jardins históricos” (IPHAN, 2010, p. 9-10).

Face às dificuldades da Emlurb em realizar ações periódicas de manutenção, há a predisposição de perda de atributos compositivos. Tal conjuntura exige a necessidade de técnicos especializados, principalmente a obrigatoriedade da presença de um jardineiro para o cuidado diário da vegetação, por sua condição perecível e renovável. Vale ressaltar que a Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2010) considera o jardineiro como um dos profissionais de prioridade na preservação no jardim histórico, já que possui um conhecimento indispensável.

Por tal situação, e pela falta de uma equipe especializada em jardins históricos, tanto por parte do Iphan como da Prefeitura do Recife, o Laboratório da Paisagem passa a realizar vistorias periódicas nos jardins de Burle Marx, apresentando ‘parecer técnico’ e, então, encaminhado ao Iphan e à Emlurb, porém nem sempre os problemas são resolvidos. Ressalta-se que os relatórios das vistorias só passam a ser discutidos de forma constante e mais direcionada quando se institui a ‘Comissão Jardins Históricos Burle Marx³’, vinculada

³ A ‘Comissão Jardins Históricos Burle Marx’, oficializada em 2018, é composta, majoritariamente, por representantes das diversas secretarias, diretorias e autarquias da Prefeitura do Recife, e também do Laboratório da Paisagem da UFPE, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, do Iphan, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, assim como moradores do entorno dos jardins históricos.

à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, da Prefeitura do Recife.

Durante as vistorias à Praça Faria Neves, os moradores do entorno sempre se apresentam e comunicam algum tipo de problema – de iluminação, de árvores com pragas, de plantas que morreram, do comércio informal –, cobrando respostas e demonstrando seu interesse com a conservação, atitude que não se constata em outros jardins históricos do Recife, o que torna esse espaço um caso singular de apropriação e de expressão de sentimento de pertencimento por um bem cultural. Na verdade, os moradores observam o uso do espaço como guardiães do jardim.

Frente aos problemas apresentados, a Comissão Jardins Históricos Burle Marx decidiu instituir, em 2018, uma equipe de consultores para a elaboração do Plano de Gestão dos Jardins Históricos de Burle Marx⁴. Para tanto, foram realizados seminários e oficinas participativas, que ressaltaram os pactos de responsabilidades, tanto das instituições envolvidas no processo de preservação como da sociedade civil. Oportunamente, houve a apresentação dos resultados da oficina ‘Mapeamento participativo da preservação da Praça Faria Neves’ desenvolvida pela geógrafa Ana Betânia Martins, em 2018, que evidenciou a forte relação de pertencimento dos moradores do entorno, quando apontaram, na planta baixa da praça, os espaços mais usados, os mais inseguros, a área dos comerciantes informais, enfim, a vida cotidiana, bem como as ações de manutenção e o que faltava nos outros jardins históricos.

⁴ A obrigatoriedade do plano de gestão foi instituída mediante o Decreto nº 29.537/2016 (RECIFE, 2016).

Desta forma, foi proposto que “[...] a gestão dos espaços públicos projetados por Burle Marx no Recife, reconhecidos pelo poder público como bem ambiental, deve ser elaborada com base nos seguintes princípios: democrático, inclusivo, operativo, adaptável e sistêmico” (RECIFE, 2019, p. 40-41). Para tanto, a metodologia tomou por base duas premissas-chaves: (i): a consulta pública, a ser agregada nas diferentes etapas do processo de construção do instrumento e (ii): o fazer técnico, responsável pela sistematização das ideias, pelo levantamento de dados secundários e pela redação técnica do documento.

As ações desenvolvidas no decorrer da elaboração do Plano de Gestão dos Jardins Históricos de Burle Marx condizem com os métodos de participação tanto de ‘sentido horizontal’ quanto de ‘sentido vertical’, já que promovem um processo participativo paritário. Conforme De La Mora (2012), a ‘participação de sentido horizontal’ se apresenta como a participação entre parceiros de diversos setores e instituições que sejam associados a programas e projetos de conservação do patrimônio em questão. Tal método se mostra presente no processo de planejamento das ações de conservação dos jardins históricos quando se propõe uma discussão entre os diversos setores aliados a esses bens. Já a ‘participação de sentido vertical’ refere-se à presença ativa dos usuários e possíveis afetados pelos resultados das ações sobre o bem e seus consequentes efeitos. Deve ficar claro que ‘participação social’ se dá no momento em que existe o diálogo entre a população em geral e os gestores acerca das problemáticas levantadas e das tomadas de decisões.

A apresentação do Plano de Gestão ocorreu em maio de 2019 mediante audiência pública, tendo como objetivo de validá-lo. Por ter sido realizada no Parque Estadual de Dois Irmãos, houve uma maior representatividade de atores ligados à Praça Faria Neves. O momento de diálogo contou com a participação dos moradores locais, funcionários do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe), atual adotante da praça, e dos comerciantes – tanto ambulantes como de estabelecimentos circunvizinhos à praça (Figura 6). Observou-se que, mesmo visando uma discussão que englobaria o conjunto dos seis jardins históricos, a fala da população limitou a pauta à conservação da Praça Faria Neves. Esse diferencial favoreceu, para a referida praça, a formalização do primeiro Conselho Gestor, composto

por instituições públicas e privadas, bem como por moradores e comerciantes do entorno⁵, por entender que o “empoderamento da sociedade” é um fator decisivo da implementação de uma gestão eficaz, que desenvolverá “um senso de pertencimento social aos bens acautelados” (RECIFE, 2019, p. 41).

A fala dos moradores também revelou o desconhecimento das atribuições dos agentes responsáveis pelas ações de conservação, principalmente no que compete ao Lafepe enquanto adotante⁷, e aos órgãos municipais, o que

5 A formalização desse Conselho Gestor ainda não foi oficializada pela Prefeitura do Recife.

6 Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/05/30/plano-de-gestao-de-jardins-de-burle-marx-do-recife-e-pioneiro-no-pais/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

7 A adoção da Praça Faria Neves faz parte do programa *Adote o Verde*, da Prefeitura do Recife, que visa à conservação dos espaços vegetados mediante parceria *público-privada*.

14



Figura 6 – Audiência Pública organizada pela Prefeitura do Recife no auditório do Parque Estadual Dois Irmãos, nas proximidades da Praça Faria Neves. Fonte: Site Portal Vermelho, 2019⁶.

dificultava sua atuação como fiscais. Já o pronunciamento dos comerciantes locais, principalmente dos ambulantes⁸, evidenciou certo conflito com os moradores, dificultando sua inserção no debate, mesmo sendo um dos principais agentes que utilizam a praça. Aproveitaram para reivindicar suporte por parte do poder público na sua inserção como atores da gestão em resposta à função social do espaço.

Segundo Pontual (2012), é a partir da sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais que se consegue inseri-la como parceira da conservação. Nesse contexto, cabe destacar a Semana Burle Marx⁹, que vêm contribuindo, significativamente, para a construção de um novo modo de olhar e entender os jardins históricos de Burle Marx. Esses momentos de diálogo entre os técnicos e a sociedade representam ações de educação patrimonial que promovem discussões acerca do significado da salvaguarda do bem, tentando alinhá-las aos pontos de interesse da população que utiliza, de forma constante, esse patrimônio como um espaço livre público.

Assim, compreendendo que a “participação significa estar junto com os outros, decidir juntos, colaborar e receber” (DE LA MORA, 2012, p. 121), entende-se a necessidade da presença da população nos espaços de debate sobre, ou em defesa, dos jardins históricos de Burle Marx. A ausculta da população, no processo participativo, ressalta a posição da sociedade enquanto agente fiscalizador do processo de

conservação, como vem ocorrendo na Praça Faria Neves, fazendo com que se preserve, de forma sustentável, suas características essenciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar esse cenário de ações que aconteceu ao longo dos últimos vinte anos na Praça Faria Neves, e que destaca a participação dos moradores do entorno, entende-se melhor o compromisso com o patrimônio. A relação de estima da população com o jardim, fortalecida no processo de restauração junto aos especialistas, se manteve nos cuidados com o espaço público como uma atividade constante e pactuada, um exercício da função social. Isso une moradores e vendedores como agentes fiscalizadores e mantenedores do bem cultural, estabelecendo-se um canal direto com os órgãos responsáveis pela sua salvaguarda. Na medida em que opinam e sugerem, a partir das necessidades do dia a dia, isso pesa na conservação do bem, “entendendo que o planejamento não é matéria de competência exclusiva de especialistas e, portanto, as decisões devem ser tomadas por todos os interessados” (PONTUAL, 2012, p. 92).

Essa troca de saberes – conhecimento técnico e senso comum – tem como resultado a educação patrimonial, que atua como uma condição de comprometimento e respeito pelo jardim como se fosse o prolongamento de suas casas. Quanto ao reconhecimento da comunidade como parceira, “O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à

8 Autointitulados “sobreviventes” por usufruírem da Praça Faria Neves com fins econômicos, retirando seu sustento financeiro do movimento gerado na localidade pela presença do Parque de Dois Irmãos.

9 Dentre as atividades da Semana Burle Marx, duas se destacam: (i): as visitas técnicas, quando se apresenta a história da praça, bem como os princípios projetuais de Burle Marx e (ii): as oficinas sobre conservação de jardins históricos. Todas essas atividades contam com a presença dos pesquisadores do Laboratório da Paisagem da UFPE.

memória social do local” (FLORÊNCIO; CLEROT; BEZERRA; RAMASSOTE, 2014, p. 20).

A compreensão do significado desse jardim histórico, projetado por Burle Marx, como patrimônio, portanto, não se restringe apenas aos valores artísticos e históricos evocados pelos especialistas, mas, sobretudo, ao valor social atribuído pelos moradores. A presença da comunidade local no processo de restauração confirmou, ainda mais, o sentimento de pertencimento, revelando a praça como um bem da comunidade que precisa ser conservado – algo que renasceu e que volta a ser desfrutado por todos e que também extrapola para a cidade. A restauração de um jardim não é algo estanque, mas um processo que continua com a gestão, porque estamos tratando de um material vivo, a planta, que é perecível e renovável. Acreditamos que a valorização desse espaço público ‘como espaço do público’, que congrega moradores, vendedores e visitantes, superou os obstáculos, combatendo a estagnação e usos indevidos em prol do restabelecimento de práticas saudáveis. Comparando a outros jardins históricos tombados, a Praça Faria Neves é um exemplo de retorno da vitalidade, a partir de um reconhecimento como passo positivo no processo de compreensão do que significa um jardim/patrimônio.

É possível que os moradores tenham suas críticas aos ambulantes, que se denominam “sobreviventes”. Todavia, mesmo os ambulantes reconhecem o espaço da praça como espaço de trabalho, de fonte de renda e, por isso, também se sentem envolvidos e responsáveis por ela. Atesta-se que, em sentido amplo, a parceria da comunidade com os atores institucionais constitui um indicador que impulsiona a conservação do patrimônio e que reflete no

pacto da gestão, servindo como exemplo de cidadania para a mobilização de residentes do entorno dos demais jardins históricos do Recife.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Cleide. Praça do Horto será recuperada. *Jornal do Commercio*, Recife. 6 out. 2001. Caderno Cidade, p. 2.
- AÑÓN FELIÚ, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. In: AÑÓN FELIÚ, Carmen. *Jardins et sites historiques*. Aranjuez: Ediciones Doce Calles, 1993. p. 312-325.
- AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter: The Australia Icomos Charter for Places of Cultural Significance*, 1999. Melbourne: Australia Icomos, 2000. Disponível em: http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf. Acesso em: 30 dez. 2021.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BURLE MARX, Roberto. O jardim como obra de arte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 17858, p. 5, 8 jun. 1951.
- CAILLOIS, Roger. Jardins possíveis. In: LEENHARDT, Jacques (org.). *Nos jardins de Burle Marx*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.
- IPHAN. *Carta dos Jardins Históricas Brasileiras dita Carta de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Iphan, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- COUSAS da Cidade: o Largo Dois Irmãos. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 126, n. 76, p. 4, 4 abr. 1951.
- COUSAS da Cidade: Sugestões do Jardineiro e Paisagista. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 126, n. 179, p. 4, 9 ago. 1957.
- CRIANÇAS reinaram um dia. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 126, n. 237 p. 8, 13 out. 1980.
- DE LA MORA, Luis. Métodos de Planejamento Local. In: LACERDA, Norma.; ZANCHETTI, Sílvio Mendes (org.). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Ceci, 2012. p. 102-113.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2014.
- GIUSTI, Maria Adriana. *Restauro dei giardini: teorie e storia*. Florença: Alínea, 2004.
- INAUGURAÇÃO, hoje, da nova Praça de Dois Irmãos. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 134, n. 284, p. 3, 14 dez. 1958.
- ICOMOS. Carta de Florença (1981). In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.622, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a mudança de categoria de Manejo das Reservas Ecológicas de Caetés e Dois Irmãos dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, 29 dez. 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Manejo**: parque estadual dois irmãos. Recife: Semas, 2014.

PONTUAL, Virgínia. Plano de Gestão da Conservação Integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio. (org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: Conceitos e Métodos. Olinda: Ceci, 2012. p. 91-100.

RECIFE. Decreto nº 29.537 de 23 de março de 2016. Dispõe sobre a classificação como Jardins Históricos de Burle Marx dos espaços públicos vegetados do Recife que específica, integrando-os ao Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife – SMUP Recife [...]. **Diário Oficial do Recife**, Recife, 23 mar. 2016.

RECIFE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Gestão**: Jardins Históricos de Burle Marx no Recife. Recife: SMAS, 2019.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa; MAFRA, Fátima. Restaurando o jardim moderno de Burle Marx: a Praça Faria Neves no Recife-PE. 7º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7., 2007, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFPE, 2007.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques da (org.). **Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife**. Recife: UFPE, 2017. Volume 1.

SILVA, Joelmir Marques da. Restauo e integridade: do concreto ao efêmero. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 28, p. 1-35, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e2>

SILVA, Jônatas Souza Medeiros da; FERREIRA, Raquel Nadine Cavalcante; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Jardim histórico e educação patrimonial na conservação da praça faria neves, Recife (PE). In: 11º MESTRES E CONSELHEIROS: FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, 11., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Even3, 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de doutorado ao autor Jônatas Souza Medeiros da Silva, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de 'Produtividade em Pesquisa' à autora Ana Rita Sá Carneiro.

Jônatas Souza Medeiros da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Laboratório da Paisagem.

Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550

CV: <http://lattes.cnpq.br/2834043002266305>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3447-3474>

E-mail: jona.medeiros@gmail.com

Raquel Nadine Cavalcante Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Laboratório da Paisagem.

Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550

CV: <http://lattes.cnpq.br/7348171198808344>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4203-3930>

E-mail: raqueelnadine@hotmail.com

Ana Rita Sá Carneiro

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Laboratório da Paisagem. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos-Brasil), Comitê Internacional de Paisagens Culturais (ISCCL – ICOSMOS/IFLA). Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap).

Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550

CV: <http://lattes.cnpq.br/9554652433700829>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2750-5354>

E-mail: anaritacarneiro@hotmail.com

Joelmir Marques da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Laboratório da Paisagem. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos-Brasil), Comitê Internacional de Paisagens Culturais (ISCCL – ICOSMOS/IFLA).

Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550

CV: <http://lattes.cnpq.br/8774813912136170>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8323-7171>

E-mail: joelmir_marques@hotmail.com

Nota do Editor

Revisão do texto: Tikinet

Submetido em: dd/mm/aaaa

Aprovado em: dd/mm/aaaa